

Práticas e tensionamentos **contemporâneos** no ensino de Jornalismo

Elton Bruno Pinheiro · Rafiza Varão · Zanei Barcellos
organizadores



Práticas e tensionamentos **contemporâneos** no ensino de Jornalismo

Elton Bruno Pinheiro · Rafiza Varão · Zanei Barcellos
organizadores

Brasília
FAC/UNB
2018

capa Rafiza Varão
diagramação Rafiza Varão
revisão Elton Bruno Pinheiro, Rafiza Varão, Zanei Barcellos



FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UNB
Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Via L3 Norte, s/n - Asa Norte,
Brasília - DF, CEP: 70910-900
Telefone: (61) 3107-6627
E-mail: fac.livros@gmail.com

DIRETOR

Fernando Oliveira Paulino

VICE-DIRETORA

Liziane Guazina

CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO

Dácia Ibiapina, Elen Geraldês, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)

César Bolaño (UFS), Cicilia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard Rebouças (UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério Christofolletti (UFSC).

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)

Delia Covi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo Cimadevilla (Argentina), Herman Wasserman (África do Sul), Kaarle Nordestreng (Finlândia) e Madalena Oliveira (Portugal).

COORDENADORA EDITORIAL

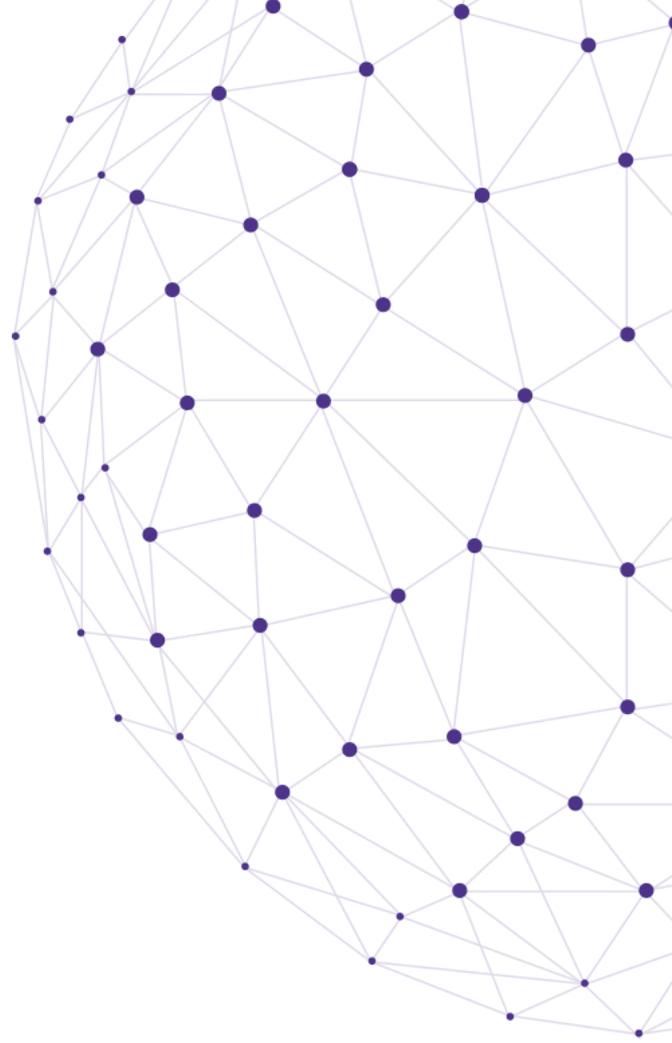
Rafiza Varão

Catálogo na Publicação (CIP) Ficha catalográfica

P912 Práticas e tensionamentos contemporâneos no ensino de Jornalismo /
Elton Bruno Pinheiro, Rafiza Varão, Zanei Barcellos, organizadores. –
Brasília : Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, 2018.
241 p. : il.

Modo de acesso: World Wide Web: <[https://faclivros.wordpress.com/
category/livros/](https://faclivros.wordpress.com/category/livros/)>.

ISBN 978-85-93078-34-7
1. Jornalismo – Ensino. 2. Diretrizes Curriculares Nacionais. I. Pinheiro,
Elton Bruno, (org.). II. Varão, Rafiza, (org.). III. Barcellos, Zanei, (org.). CDU 37:07



Feliz é o
professor
que
aprende
ensinando

Cora Coralina

Sumário

9 Apresentação

Parte I: TEORIA

13 Para que teorias? O fazer e o saber do Jornalismo
Luiz Carlos Iasbeck

23 Jornalista profissional: novas competências para o egresso do bacharelado em Jornalismo
Maria Elisabete Antonioli

33 A Transitoriedade da mídia impressa para o formato digital: reflexões da narrativa visual, multimídia e multimodal da notícia
Suzana Guedes Cardoso

47 Os rumos do ensino do Jornalismo: o desafio de formar um novo profissional
David Renault

61 Formação superior em Jornalismo: Análise de diretrizes e propostas de universidades brasileiras
Edileuson Santos Almeida, Ada Cristina Machado da Silveira

73 Redações integradas e trabalho jornalístico: O uso das tecnologias para um trabalho emancipado e emancipador
Carlos Figueiredo

Parte II: ENSINO

- 87 **Experiência didática em Jornalismo: ensino com pesquisa sobre sites de notícias de Cuiabá (MT)**
Ana Graciela Mendes Fernandes da Fonseca Voltolini
- 99 **Repórter UFMA e Imperatriz Notícias: relatos sobre as produções audiovisual e em *web* do curso de Jornalismo na UFMA de Imperatriz**
Lívia Cirne, Lucas Reino, Marco Antônio Gehlen, Thaísa Bueno, Vítor Belém
- 109 **Experiência de um ensino de linguagem sonora para curso de Jornalismo**
Nivaldo Ferraz
- 119 **O desafio do ensino do Jornalismo frente às mídias móveis**
Rose Mara Pinheiro
- 129 **O ensino de Jornalismo e a convergência: Integração das redações como proposta pedagógica**
Fábio Sadao Nakagawa, Suzana Oliveira Barbosa, Washington José de Souza Filho
- 139 **Impasses e oportunidades para o ensino de Jornalismo: o binômio perfil multitarefas e os processos de precarização**
Dione Oliveira Moura, Ana Carolina Kalume Maranhão
- 149 **A perspectiva de gênero no ensino do Jornalismo: uma análise dos projetos pedagógicos dos cursos de Curitiba e Ponta Grossa/PR**
Bruna Aparecida Camargo, Karina Janz Woitowicz

163 Ambientes, veículos, processos de produção e
jornalistas mutantes: uma proposta didático-pedagógica
Zanei Ramos Barcellos

Parte III: Diretrizes

177 Novas diretrizes, velhas questões: o currículo do curso de
jornalismo, antes e depois das DCN
Marcio da Silva Granez

189 Cidadania nas DCN e Jornalismo Comunitário: breve
reflexão sobre um panorama nacional do
ensino de Jornalismo
Cláudia Regina Lahni

203A Política de Extensão Acadêmica nas Diretrizes
Curriculares Nacionais do Curso de Jornalismo
Elton Bruno Pinheiro

215 O lugar da ética: Uma análise das recomendações sobre o
ensino de ética e jornalismo nos cursos do Centro-Oeste
após 2013
Rafiza Varão





Parte II

ENSINO



Bruna Aparecida Camargo, Karina Janz Woitowicz

A PERSPECTIVA DE GÊNERO NO ENSINO DO JORNALISMO

Uma análise dos projetos pedagógicos dos cursos de Curitiba e
Ponta Grossa/PR

Introdução

Dados do Ranking Universitário Folha indicam que o Brasil possui 315 cursos de Jornalismo¹. Desde 2013, as instituições precisaram adequar-se às Novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de Jornalismo do país², que entre suas características demarca o curso de Jornalismo não mais como uma habilitação da Comunicação Social.

O Ministério da Educação (MEC), em 1997, através do Parecer nº: 776/97³, publicou um documento sobre orientação para as diretrizes curriculares dos Cursos de Graduação. O parecer indica que a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, por meio da Lei 9.131, de 1995, tem a competência de “deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto, para os cursos de graduação”. Com a Diretrizes Curriculares para Comunicação Social⁴ de 2002 foram estabelecidas as habilidades, competências e perfil do egresso, o que permitiu que as instituições de ensino superior pudessem trabalhar os projetos pedagógicos com mais flexibilidade e visando as demandas de cada região (BRASIL *apud* CUNHA, 2015). Antonioli aponta que, com a aprovação dessas Diretrizes Curriculares em 2001⁵, as “instituições de ensino tiveram ampla liberdade para compor suas estruturas curriculares conforme o perfil de egresso desejado e sem uma imposição por parte do Ministério da Educação (MEC)” (ANTONIOLI, 2014, p.183). Cunha (2015, p.162) explica que a implementação das diretrizes de 2002, ao substituir os currículos mínimos, “colocou fim ao engessamento das matrizes curriculares definidas pelo poder público ao determinar disciplinas. A obrigatoriedade dos currículos mínimos cedeu lugar ao direcionamento das diretrizes”.

De acordo com o *site* da Sociedade Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo (SBPJor), a

.....
1 Disponível em: <http://ruf.folha.uol.com.br/2016/ranking-de-cursos/jornalismo/>. Acesso em 13 de set. de 2017.

2 Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&Itemid=30192. Acesso em 01 de set. de 2017.

3 BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer N.º: 776/97 aprovado em 3 de dezembro de 1997. Estabelece orientações para as diretrizes curriculares dos Cursos de Graduação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0776.pdf>. Acesso em 13 de set. de 2017.

4 BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 16 de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para a área de Comunicação Social e suas habilitações. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/cne/pdf/CES162002.pdf>. Acesso em 13 de set. 2017.

5 BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer N.º: CNE/CES 492/2001 de 3 de abril de 2001. Aprova as Diretrizes Curriculares dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em 13 de set. de 2017.

homologação das Diretrizes Curriculares (MEC, 12 de setembro de 2013) concluiu o processo iniciado junto ao MEC em 2009. No entanto, a discussão sobre as Diretrizes sucede desde o final da década de 90, através do debate da comunidade, que resultou no documento “Seminário Nacional de Diretrizes Curriculares de Ensino de Jornalismo”, como aponta o *site* da SBPJor.⁶ Com a aprovação das Novas Diretrizes, os cursos de Jornalismo passaram a ser regidos por esse documento e tiveram o prazo de dois anos para adequarem seus projetos pedagógicos.

Torna-se válido registrar que no mesmo ano da criação da comissão houve o fim da obrigatoriedade do diploma em Jornalismo. A decisão ocorreu por meio do Supremo Tribunal Federal por oito votos a um em 17 de junho de 2009. No entanto, sabe-se que a queda do diploma não representou o fim do ensino em Jornalismo, muito menos da defesa pela formação específica e de qualidade. Entidades como a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), Sociedade Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo (SBPJor), Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ)⁷ e sindicatos de jornalistas de todo país dedicam-se em atuar em prol da formação profissional. O processo para elaboração das Diretrizes Curriculares de 2013 evidenciou essa preocupação com o ensino e a especificidade da profissão em Jornalismo.

Maria Elisabete Antonioli (2014) considera que as Diretrizes Curriculares possibilitaram um resgate da profissão do(a) jornalista, além de gerar indicadores para que os cursos, na elaboração dos projetos pedagógicos, possam incluir fatores primordiais para a formação do(a) profissional em Jornalismo do século XXI. Essa formação, baseada nas Diretrizes de 2013, trata-se de um marco na especificidade da profissão.

A importância de abordar as Diretrizes Curriculares Nacionais de Jornalismo está alicerçada principalmente pelo fato de ser um documento norteador para a elaboração dos projetos pedagógicos. “As Diretrizes, além de resgatar a própria profissão do jornalista, oferecem aos cursos indicadores para a construção de projetos pedagógicos que compreendem aspectos essenciais para a formação do jornalista do século XXI” (ANTONIOLI, 2014, p.195).

Pela leitura do documento é possível perceber que os cursos de Jornalismo precisam estar preocupados em abordar muito além de técnicas de redação e edição dos materiais produzidos. O corpo docente da instituição precisa ter em mente a responsabilidade em formar um(a) profissional que respeite e contemple as diferenças, que tenha consciência do seu papel de formador(a) de opinião. Por isso, é essencial o reconhecimento de que o jornalismo está a serviço da sociedade e do interesse público. Os cursos devem formar jornalistas que trabalhem em prol do exercício da cidadania ao compreenderem o pluralismo da sociedade e buscarem em seu cotidiano incluir os mais diversos grupos sociais e abordá-los de maneira igualitária, sendo sempre guiados pelos princípios dos direitos humanos.

As Novas Diretrizes Curriculares em Jornalismo não mencionam gênero e o tema diversidade aparece apenas no âmbito regional e cultural. Outras palavras-chave como LGBT, igualdade, sexualidade, feminismo, mulher e desigualdade também não constam no documento. Os direitos humanos aparecem nas Diretrizes uma vez no artigo sobre perfil do(a) egresso(a), em competências gerais:

[...] compreender e valorizar, como conquistas históricas da cidadania e indicadores de um estágio avançado de civilização, em processo constante de riscos e aperfeiçoamento: o regime democrático, o pluralismo de ideias e de opiniões, a cultura da paz, os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável (2013, p.3)

A palavra cidadania aparece mais vezes ao longo do documento; como por exemplo, em competências e no eixo de formação humanística. Essa constatação reflete-se no que foi encontrado durante a leitura e análise dos projetos pedagógicos dos cursos que compõem a pesquisa. Os documentos em sua maioria fazem constante menção à cidadania, como será abordado nos resultados dessa análise.

.....
6Disponível em: <http://sbpjour.org.br/sbpjour/2013/09/13/mec-homologa-diretrizes-curriculares-nacionais-de-jornalismo/>. Acesso em 01 de set. de 2017.

7 Desde 2016, o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo alterou a nomenclatura para Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (ABEJ).

Assim, percebe-se que as questões de gênero estão praticamente imperceptíveis nas Diretrizes, visto que a temática aparece de modo mais indireto e amplo nas menções relativas à cidadania. O documento que direciona os cursos de Jornalismo não apresenta de forma pontual as questões de gênero, o que contribui para a invisibilidade do tema durante a formação. Uma vez que o documento que serve como base para os projetos pedagógicos não trata sobre as questões de gênero, entende-se que isso refletirá na estrutura dos cursos.

A elaboração das Novas Diretrizes Curriculares em Jornalismo marca um avanço no ensino e exercício da profissão ao reconhecer o campo jornalístico como específico, no entanto, cabe lembrar que o documento, ao mesmo tempo em que atua como norteador das escolas de Jornalismo, permite uma liberdade curricular para os cursos. Assim, a partir dessa autonomia, as escolas de Jornalismo podem repensar e refletir sobre a formação oferecida aos(as) profissionais (ANTONIOLI, 2014).

Se a sociedade passa por constantes transformações, o mesmo pode-se dizer do Jornalismo. Por isso, a necessidade de inserir o debate sobre gênero nos cursos, para buscar mudanças no exercício da profissão. Reconhecendo a relação entre ensino e o trabalho jornalístico, o Jornalismo não pode se esquivar do seu papel na sociedade, contribuindo para a opinião pública e promovendo debates na sociedade. A construção da notícia pelo(a) jornalista ocorre, entre outras razões, pela sua interpretação dos fatos (ALSINA, 2009). Sua formação e a forma de abordagem de temas, como as relações de gênero na graduação, serão fatores que irão determinar o exercício da função jornalística.

É neste contexto que se compreende a necessidade de inserir a perspectiva de gênero no processo de formação profissional, problemática desenvolvida neste texto a partir da análise das Matrizes Curriculares e dos Projetos Pedagógicos dos cursos de Jornalismo das cidades de Curitiba (Universidade Federal do Paraná, Universidade Positivo, Grupo Educacional OPET, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Centro Universitário Autônomo do Brasil) e Ponta Grossa (Universidade Estadual de Ponta Grossa e Faculdades Secal), no Paraná.⁸

Ensino de Jornalismo em Curitiba e Ponta Grossa: caminhos da pesquisa

Um dos métodos utilizados para compreender a presença e o tratamento das questões de gênero nos cursos de Jornalismo de Curitiba e Ponta Grossa foi a análise dos Projetos Pedagógicos do Curso (PPC), realizada com base no método da análise de conteúdo. Essa etapa foi determinante não apenas para analisar a abordagem das questões de gênero nos cursos de Jornalismo, mas também para definir quais instituições fariam parte da pesquisa.

Ainda que organizado a partir das diretrizes curriculares vigentes, um projeto pedagógico é um documento autônomo de cada instituição de ensino superior. O artigo 8º das Diretrizes Curriculares Nacionais reconhece que as instituições de ensino superior têm ampla liberdade para organizar os projetos pedagógicos e, com base nesse documento, propor a matriz curricular que esteja relacionada com o perfil do egresso desejado e particularidades regionais. Além de estar alinhado às diretrizes curriculares vigentes, um projeto pedagógico de curso de Jornalismo precisa servir à sociedade (CUNHA, 2015, p.163).

Segundo dados do Ranking Universitário Folha 2016⁹, no Paraná são 23 Instituições de Ensino Superior com cursos de Jornalismo. Na pesquisa que deu base para este texto, foram analisados os cursos de Jornalismo de Curitiba e Ponta Grossa¹⁰. A capital do estado possui sete cursos na área: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Faculdade OPET, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), UniBrasil, Uninter, Universidade Positivo (UP) e Universidade Tuiuti do Paraná (UTP).

A Uninter e UTP foram retiradas da pesquisa, pois não disponibilizaram o projeto pedagógico

.....
8 É importante informar que os projetos pedagógicos dos cursos mencionados foram disponibilizados pelos(as) coordenadores(as), que autorizaram o uso dos documentos e dos dados dos questionários para fins de pesquisa científica.

9 Disponível em: <http://ruf.folha.uol.com.br/2016/ranking-de-cursos/jornalismo/> Acesso em 21 ago. 2017.

10 Os dados apresentados ao longo deste texto são resultado do Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo, defendido em 2017 na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

do curso solicitado para o desenvolvimento do trabalho. Em Ponta Grossa os cursos de Jornalismo são oferecidos pela Faculdades Santa Amélia – Secal e Universidade Estadual de Ponta Grossa. Dessa forma, sete cursos constituem a base da pesquisa. As informações de cada curso foram retiradas a partir dos seus respectivos projetos pedagógicos e dos questionários respondidos pelos(as) coordenadores(as). A abordagem de cada instituição está disposta em ordem alfabética para estabelecer uma sequência no tratamento dos cursos.

Informações sobre os cursos de Jornalismo

A OPET faz parte de um grupo educacional que atua em Curitiba há 40 anos. Segundo informações do questionário aplicado com os(as) coordenadores(as) dos cursos, a professora Laci Redua, coordenadora do curso de Jornalismo da instituição há três anos, informou que o curso teve início em 2001 e oferece um total de 100 vagas nos turnos matutino ou noturno. A duração do curso é de quatro anos (oito semestres) e sua carga horária total de 3244 horas.

De acordo com o questionário ingressam em média anualmente 20 alunos(as) e formam-se 16 estudantes todo ano. O curso não dispõe de pós-graduação (*lato sensu* e/ou *stricto sensu*). Segundo a coordenadora, o curso não possui grupo e/ou projeto de pesquisa e disponibiliza 5 projetos e/ou grupos de extensão por semestre. A professora Laci Redua informou que o último currículo foi implementado em 2014.

O curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo da Universidade Positivo (UP) foi criado em 1999. O curso, hoje nomeado como Bacharelado em Jornalismo, localizado em Curitiba, oferece anualmente 100 vagas distribuídas nos períodos matutino ou noturno. A carga horária do curso é de 3.200 horas, de acordo com seu PPC.

A professora Maria Zaclis Veiga, que está na coordenação há sete anos, informou que em média ingressam no curso 50 estudantes todo ano. São 35 alunos(as) formados(as) anualmente. Ela também relatou que o curso oferece pós-graduação *lato sensu*, além de grupo e/ou projeto de extensão, sendo oito atividades extensionistas e um grupo e/ou projeto de pesquisa. De acordo com o questionário, o curso tem duração de quatro anos e o último currículo foi implantado em 2016.

Segundo o Projeto Pedagógico do curso de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), as atividades do curso iniciaram em 1956. “O curso, no entanto, funcionou daquela data até 1983, quando foi desativado por cinco anos” (2016, p.8). O ensino de Jornalismo na PUCPR foi reativado em 1988, com atualizações periódicas em seu PPC, conforme o próprio documento. Em 2016 foi implementado o último currículo do curso, de acordo com o professor Julius Nunes que está há seis anos na coordenação. Segundo as informações do coordenador, anualmente ingressam no curso uma média de 120 estudantes e cerca de 70 estudantes se formam em Jornalismo na instituição todos os anos. O curso possui seis projetos e/ou grupos de extensão e dois grupos e/ou projetos de pesquisa. O curso de Jornalismo é ofertado nos turnos da manhã ou noite e a carga horária total do currículo em vigência é de 3.060 horas. O curso não possui de pós-graduação (*lato sensu* e/ou *stricto sensu*), como informou o coordenador.

O curso de Graduação em Jornalismo da Faculdades Secal possui a carga horária de 3.290 horas, e duração de oito semestres. De acordo com dados do PPC registra-se o número de 150 vagas oferecidas no período noturno. Há uma média de 30 alunos(as) por sala, nas aulas teóricas. O coordenador, Helton Costa, informou que 35 alunos(as) ingressam em média todo ano e que, em uma estimativa, 25 estudantes são formados(as) anualmente. O professor respondeu que o curso oferece pós-graduação *lato sensu* e que possui dois projetos e/ou grupos de pesquisa e uma média de seis projetos e/ou grupos de extensão por semestre. O último currículo do curso é de 2015. O curso de Jornalismo da Secal começou em 2001 como Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo e em 2015 mudou para Bacharelado em Jornalismo.

O curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) foi criado em 1985 e está situado no centro da cidade. Com uma carga horária de 3.446 horas e duração de quatro anos, o curso é ofertado em período integral e oferece 42 vagas por ano. De acordo com informações do questionário, formam-se em média 32 estudantes por ano, conforme informações da coordenadora do Curso, professora Hebe Maria Gonçalves de Oliveira. O curso possui pós-graduação *stricto sensu*,

um programa de extensão, seis projetos de extensão e sete grupos de pesquisa. O currículo vigente do curso é de 2015.

O curso da Universidade Federal do Paraná (UFPR) teve início em 1964 como Comunicação Social - habilitação Jornalismo. Em 2016 tornou-se Curso de Bacharelado em Jornalismo. As aulas estão distribuídas de manhã e à noite e o curso funciona no bairro Juvevê de Curitiba. A duração do curso é de quatro anos (oito semestres) com carga horária de 3.230 mil horas. De acordo com as informações do coordenador João Somma Neto, obtidas através de questionário aplicado aos coordenadores(as), o curso possui uma média de 33 alunos(as) que ingressam anualmente e 30 estudantes formados em Jornalismo todo ano pela instituição. Ele informou que o curso oferece pós-graduação e que o mesmo possui três projetos e/ou grupos de extensão e que há seis projetos e/ou grupos de pesquisa. O último currículo foi implementado entre 2015 e 2016.

O Curso de Jornalismo da UniBrasil (Faculdades Integradas do Brasil) foi criado em 2001 e localiza-se no bairro Tarumã em Curitiba. A carga horária total do Curso é de 3.200 horas, com duração de quatro anos. O turno da graduação é matutino ou noturno. Segundo a coordenadora interina Elaine Javorski, o último currículo foi implantado esse ano. Dados do questionário apontam que em média são 40 estudantes que ingressam no curso anualmente e 35 alunos(as) que se formam todo ano. O curso não oferece pós-graduação e possui dois projetos e/ou grupos de extensão e um projeto e/ou grupo de pesquisa.

A contextualização dos cursos analisados, com base nos questionários e consulta aos *sites* das instituições, contribui para situar o *corpus* da pesquisa e compreender em qual cenário estão inseridas a abordagem e o tratamento das questões de gênero. Em virtude de cada curso possuir uma realidade e trajetória distinta, esse trabalho não tem a intenção de fazer comparações entre as instituições. O objetivo é oferecer um retrato das questões de gênero nos cursos de Jornalismo em Curitiba e Ponta Grossa. Essa contextualização contribui também para a análise dos projetos pedagógicos dos cursos, trabalhada a seguir.

Leitura e análise dos projetos pedagógicos

Durante a fase de leitura inicial dos projetos pedagógicos identificou-se os principais elementos para a pesquisa e também tópicos em comum entre eles, de modo a sistematizar a pesquisa documental. A partir disso, foram criadas categorias para analisar os documentos, pois, ao dividi-los em partes, a compreensão e coleta de informações dos projetos foram mais completas. Bardin discorre sobre a importância em criar categorias de análise. Para ela, categorias são “espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem” (BARDIN, 1977, p.37).

A autora explica também que as categorias possuem o propósito de “introduzir uma certa ordem na confusão inicial”. Bardin aponta para a importância de se pensar cada categoria a partir do que se pretende com a análise. “É evidente que tudo depende, no momento da escolha dos critérios de classificação, daquilo que se procura ou que se espera encontrar” (1977, p.37).

As categorias desenvolvidas para análise dos projetos pedagógicos foram cinco: objetivos do curso, perfil do egresso, dinâmicas de ensino, ementas e presença e abordagem. Para este capítulo serão trabalhadas as categorias dinâmicas de ensino e ementas, uma vez que são categorias que mais evidenciam o tratamento das questões de gênero nos cursos analisados. Cabe ressaltar que as categorias serviram como modo de facilitar a leitura dos documentos e identificar pontos em comum para análise; logo, não se trata de um estudo comparativo, visto que, como mostrado acima, cada curso possui uma realidade distinta. Assim, a intenção da pesquisa é reunir elementos que possam oferecer um retrato das questões de gênero nos cursos de Jornalismo em Curitiba e Ponta Grossa.

É importante salientar que, mais que descrever sobre os resultados encontrados, esse capítulo pretende trabalhar com as informações de cada curso de forma simultânea e assim problematizá-los através de uma abordagem mais detalhada dos dados. “O interesse não reside na descrição dos conteúdos, mas sim no que estes nos poderão ensinar após serem tratados (por classificação, por exemplo) relativamente a outras coisas” (BARDIN, 1977, p.38). A discussão dos resultados está apresentada simultaneamente com o conteúdo encontrado da análise, de modo a facilitar a compreensão

para o(a) leitor(a) e possibilitar reflexões sobre o tema, fundamentadas em pressupostos teóricos. A intenção é reunir elementos que apontem para a relação entre o perfil do curso e as questões de gênero.

A relação entre Jornalismo e gênero, o interesse público, a função social do Jornalismo e a notícia como construção social da realidade (ALSINA, 2009) são conceitos centrais para compreensão do objeto. Torna-se essencial destacar que o ensino de Jornalismo e o exercício da profissão estão diretamente ligados e refletem um ao outro; evidenciar esta relação foi um dos pressupostos dessa pesquisa. Não há como falar de desigualdades, relações de poder, política e principalmente o papel da imprensa, sem abordar as questões de gênero. É fundamental enraizar a prática de abordar as perspectivas de gênero nas instituições de ensino, espaço responsável pelo processo de formação.

Nesse caso, os cursos de Jornalismo possuem a responsabilidade de formar um(a) profissional pluralista que leve em consideração os mais variados grupos sociais. As instituições de ensino superior, responsáveis em formar jornalistas, precisam ter a noção da influência que eles(as) exercem na sociedade, tanto como professores(as) de Jornalismo, trabalhando em assessorias ou em redações. Esta percepção orientou os eixos de análise utilizados para interpretar os projetos pedagógicos dos cursos, lançando luz sob o modo como inserem (ou não) a perspectiva de gênero na graduação em Jornalismo.

Resultados e discussões da análise: Percepções dos PPCs

As categorias utilizadas para análise dos projetos pedagógicos foram extraídas da consulta aos documentos e da identificação de aspectos norteadores da formação. As informações apresentadas a seguir contemplam as dinâmicas de ensino e as ementas.

Dinâmicas de ensino

Nesta categoria da análise pretende-se observar se as perspectivas de gênero estão presentes na estrutura curricular de cada curso e como isso ocorre. Em “dinâmicas de ensino”, os projetos pedagógicos dos cursos foram examinados a partir de fatores como articulação entre ensino, pesquisa e extensão, disposição das disciplinas entre teóricas e práticas, presenciais e à distância e demais questões de âmbito didático e pedagógico.

As questões de gênero aparecem de maneira mais direta e específica na temática seguinte: “Educação em Direitos Humanos e Responsabilidade Social”. O tópico cita a violação de direitos humanos, o aumento da violência, e entre outros temas, o crescimento da intolerância “físico-individual, de gênero, orientação sexual”, tanto em sociedades mais tolerantes, como no restante do mundo, conforme indica o PPC da OPET.

A Secal também cita em seus “conteúdos curriculares” o tema “Educação em Direitos Humanos”. O conteúdo está em consonância com as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Parecer CNE/CP nº. 8, de 6 de março de 2010 e Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012). O documento aponta que o tema é abordado em atividades extensionistas, através de palestras, que envolvem estudantes e professores(as), “em busca da construção de uma sociedade menos desequilibrada e desinformada sobre o respeito, a diversidade e as formas de convivência não etnocêntricas, preconceituosas e discriminatórias”. De acordo com o PPC, o assunto é trabalhado de forma “interdisciplinar contínua entre noções de acessibilidade, meio-ambiente e direitos humanos”. São oferecidas disciplinas optativas para o corpo discente.

Em “ações de inclusão e responsabilidade social”, o documento da UFPR também cita a Resolução nº 1 do Conselho Nacional de Educação, que estabelece diretrizes nacionais para a Educação em Direitos Humanos, ao informar que oferece disciplinas como Antropologia, Ciências Sociais, Comunicação e Cidadania, Comunicação e Educação e História Contemporânea. Além disso, o PPC indica que o tema “entra como cobertura de pauta em todas as laboratoriais e fundamentos técnicos” (2016, p.55).

O PPC da PUCPR também cita as Diretrizes de Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e explica que o tema é abordado nas disciplinas de Ética, Cultura Religiosa, Filosofia, Jornalismo, Políticas Públicas e Cidadania. De acordo com o documento, a temática também é trabalhada em

seminários e debates, podendo ser tema de reportagens nas produções dos(as) estudantes (2016, p.149).

Se os cursos de Jornalismo ao citarem os direitos humanos em seus projetos pedagógicos estão incluindo as questões de gênero, é necessário ir além da leitura e análise desses documentos. Por isso, essa pesquisa preocupou-se em incluir em sua metodologia a aplicação de questionários com a coordenação dos cursos, de modo a obter outros dados para traçar um retrato da formação em Jornalismo.

A análise dos projetos pedagógicos permitiu oferecer um retrato das questões de gênero no ensino, pesquisa e extensão dos cursos analisados. Se um curso de Jornalismo cita em seu PPC sobre direitos humanos espera-se que o assunto esteja perpassado em disciplina, projeto de extensão ou grupo de pesquisa, ainda que de maneira transversal, uma vez que os projetos pedagógicos dos cursos funcionam como um reflexo do ensino de Jornalismo daquela instituição.

Assim, mais que reconhecer, por exemplo, a presença e abordagem dos direitos humanos no PPC, outras etapas da pesquisa, como a aplicação de questionários, foram fundamentais justamente para reunir elementos que identifiquem quais questões estão sendo incluídas ao mencionar os direitos humanos. Pois se torna comum sua compreensão como um assunto amplo e genérico que agrupa tantos outros, entre eles as questões de gênero. De acordo com Talita Maciel, “a educação em direitos humanos também pretende empoderar os que historicamente foram desprivilegiados, portanto, a questão de gênero aí se insere, bem como o movimento feminista e todas as lutas, ainda atuais, de todas as mulheres” (2015, p.1).

As relações de gênero são fundamentais ao abordar os direitos humanos justamente porque não incluir as desigualdades e violência de gênero nesse debate, além de ignorar vários grupos sociais, é também provocar seu silenciamento e fazer com que sejam esquecidos. Ana Maria Colling e Losandro Antonio Tedeschi, no artigo “Os direitos humanos e as questões de gênero”, fazem um resgate histórico de documentos que trataram sobre direitos humanos e o local da mulher nessas Declarações:

Os três principais documentos sobre os Direitos Humanos - Declaração dos Direitos da Virginia (EUA) de 1776 é uma declaração de direitos que abre caminho para a independência da América do Norte e que vai ser a inspiradora para o documento lançado após a Revolução Francesa – Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. O terceiro documento lançado pela ONU em 1948 segue os anteriores em seus princípios gerais. Mas os três silenciam sobre as mulheres. Se os dois primeiros falam em Direitos do Homem o terceiro avança e fala em Direitos do ser humano (2014, p.34).

Colling e Tedeschi (2014, p.34) destacam que a desigualdade de gênero é um ataque à premissa igualitária proposta pelos direitos humanos, desde sua fundação no século XVIII. Por isso a impossibilidade de pautar o tema sem que as questões de gênero sejam inseridas. Torna-se válido mostrar, através do conceito de gênero, sua centralidade no debate sobre direitos humanos e como o tema está intrínseco na sociedade. Maria Amélia Teles traz a compreensão sobre gênero e explica as discriminações geradas a partir de relações desiguais:

Gênero deve ser empregado para explicitar uma ordem social e institucional que impulsiona a construção sociocultural de ser mulher e de ser homem, o que tem determinado desigualdades históricas entre os sexos. A construção institucional se dá em níveis econômico, social, político e cultural. Essa construção direcionada para a proteção do status quo reproduz a discriminação contra as mulheres e poderá ser denominada também “discriminação de gênero” (TELES, 2007, p. 50, grifo da autora *apud* MACIEL, 2015, p.3).

Ao conceituar gênero e indicar como se formam essas discriminações é possível perceber a necessidade de que as relações de gênero sejam incluídas na abordagem sobre direitos humanos. Essa inclusão permitirá a redução das desigualdades e violências de gênero, além de permitir o desenvolvimento de uma sociedade efetivamente inclusiva.

Outra questão sobre direitos humanos é o entendimento básico sobre quem está inserido quando o assunto é abordado. É necessário que todos os grupos sociais existentes estejam incluídos nessa compreensão sobre direitos humanos e que haja respeito independente de raça, credo ou deficiência física, como menciona o documento da OPET. Sem depreciar o que foi citado no PPC, é necessário que seja qual for a orientação sexual, deficiência mental e etnia, por exemplo, o respeito seja universal.

De acordo com o projeto pedagógico da UFPR, a inclusão de disciplinas optativas que produzam a co-responsabilidade e co-participação faz parte de sua estrutura curricular. O curso oferece a disciplina optativa de Comunicação e Gênero, com carga horária total de 40 horas. Sobre as disciplinas, o próximo tópico abordará de maneira mais detalhada sua relação com a temática central dessa pesquisa.

Os cursos de Jornalismo da OPET, UFPR, PUCPR e UEPG citam em seus respectivos documentos a importância da extensão para a formação dos(as) estudantes. O PPC da UEPG aponta os projetos de extensão como essenciais para o fortalecimento da cidadania e processo de formação profissional. Nas Faculdades OPET as atividades extensionistas são entendidas como uma forma de aprendizagem. Entre as ações extensionistas do curso de Jornalismo da OPET estão projetos e palestras que abordam direitos humanos, inclusão social, entre outros. A proposta pedagógica da UFPR reconhece como essencial a participação dos(as) estudantes em projetos de pesquisa e extensão, visando sempre atender demandas pertinentes da sociedade.

Ao citar a importância da pesquisa para o curso de Jornalismo da UFPR, torna-se válido indicar a constante menção à pesquisa como estímulo para fortalecer o Programa de Pós-Graduação de Comunicação (PPGCom) da instituição. O PPC da Positivo também cita os projetos de iniciação científica como forma de aliar ensino e pesquisa através de propostas que aprofundem o conhecimento sobre o Jornalismo, sobretudo paranaense (2016, p.71).

O curso de Jornalismo da PUCPR também faz frequente referência à relevância da pesquisa para formação do(a) profissional em Jornalismo. Um dos objetivos desse incentivo é estimular uma maior articulação entre a graduação e pós-graduação, “através da consolidação das linhas e projetos de pesquisa e das atividades discentes no incentivo à pesquisa” (2016, p.139), e instigar as atividades extensionistas. Essa ação ocorre por meio do seu Núcleo Docente Estruturante.

Os projetos pedagógicos da PUCPR e Secal abordam a flexibilidade curricular. No curso de Jornalismo da PUCPR, a partir de 2013 as disciplinas são realizadas por crédito. Na Secal são ofertadas disciplinas semipresenciais, disciplinas integralmente à distância, de acordo com os 20% da carga horária total de cada curso, conforme Portaria MEC nº 1.134, de 10 de outubro de 2016, disciplinas optativas presenciais ou em EAD. As disciplinas EAD também fazem parte da estrutura curricular da PUCPR. A flexibilidade curricular do curso de Jornalismo da OPET estrutura-se fundamentalmente a partir da forma modular, em que o(a) estudante “recebe certificados parciais correspondentes aos estudos realizados ao final de determinados módulos” (2017, p.47).

Assim como a UEPG, a UFPR diminuiu o número de optativas. Na Federal do Paraná as optativas agora somam 300 horas. De acordo com o documento, “isto dará menos liberdade, mas organizará de forma mais adequada o percurso dos alunos. Por outro lado, supera a busca de optativas sem critérios claros sobre sua necessidade ou utilidade, como vinha acontecendo” (2016, p.58).

O curso da Universidade Positivo aponta para a importância do papel do corpo docente na formação. Assim, o documento destaca que “sua história de vida e seu contexto cultural, político, econômico e social interferem nas suas opções pedagógicas” (2016, p.9). Torna-se importante trazer um trecho do projeto pedagógico da Universidade Positivo que trata no tópico “articulação curricular” sobre as escolhas que cada currículo carrega consigo:

O currículo expressa a trajetória, as intenções, as orientações previstas, a opção por determinados métodos, a escolha de conteúdos específicos, a seleção de materiais didáticos, as diretrizes e as práticas avaliativas. Ele traz consigo uma intencionalidade, portanto não é neutro. Além da questão do saber, o currículo envolve também identidade e poder. A pergunta passa a ser então: por que esse conhecimento e não outro? (2016, p.9)

A citação acima evidencia que o currículo de cada curso não detém neutralidade. Baseia-se na trajetória dos(as) profissionais que elaboraram o documento, possui em entrelinhas as visões de mundo e as intenções dessas pessoas. Logo, a análise desse material atenta-se não apenas para o que está escrito, mas como está escrito e o que não está tão visível. Laurence Bardin (1977, p.21) discorre sobre a disposição de dados analisados afirmando que “na análise qualitativa é a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração”. Assim, além de trazer a presença e abordagem das questões de gênero nos documentos, a análise também se dedicou em buscar elementos que caracterizassem os cursos, na intenção de oferecer um retrato mais fidedigno. Percebe-se que nessa categoria foram identificados mais elementos que pudessem caracterizar a estrutura curricular dos cursos, do que propriamente relacionar com as questões de gênero.

Ementas das disciplinas

Esta categoria da análise abordou as ementas dos cursos de Jornalismo analisados. Esta categoria assemelha-se à anterior no que diz respeito à disposição da grade curricular, no entanto seu objetivo principal é, além de analisar as disciplinas e suas ementas, verificar a frequência da temática norteadora da pesquisa e como ela está distribuída.

A disciplina que mais se relaciona com as questões de gênero no curso de Jornalismo da UFPR foi a disciplina optativa semestral presencial Comunicação e Gênero de 30 horas. A ementa traz as seguintes explicações sobre a disciplina: “Leitura de obras que abordam os estudos de gênero, fazendo debates sobre a conjuntura atual e a relação com a área de Comunicação Social. Serão usados filmes como apoio para a articulação” (2016, p.236). Em resposta ao questionário o coordenador João Somma Neto também citou a optativa Comunicação e Gênero.

Outras disciplinas identificadas que abordam a temática de maneira mais indireta são: a disciplina semestral presencial obrigatória Comunicação e Cidadania de 30 horas, que aborda em sua ementa sobre direitos humanos, movimentos sociais e cidadania. E as disciplinas laboratoriais que citam em suas ementas “coberturas de pautas como direitos humanos, questões raciais, meio ambiente, diversidade etc.”. As disciplinas que citam a expressão “étnico-raciais” não foram listadas aqui porque, apesar de as questões de gênero perpassarem essa temática, não foram encontrados na bibliografia básica das disciplinas esse entendimento.

Nas ementas da UniBrasil, a disciplina de Seminários IV aborda a mídia das minorias, mídia e movimentos sociais e a mídia como espaço de resistência. Torna-se oportuno destacar que, de acordo com o projeto pedagógico, as disciplinas de Seminários “têm a característica da flexibilidade: cada ementa pode variar de acordo com os interesses mais prementes na época em que é ministrada, conduzindo, assim, o espírito do presente na formação dos estudantes” (2013, p.76). Segundo o documento, a disciplina de Seminários I propõe uma reflexão sobre novas formas audiovisuais, sua produção e análise e Seminários II aparece voltada para audiovisual/documentário e Seminários III voltado à comunicação e política.

As obras que compõem as disciplinas também foram analisadas na leitura das ementas. A disciplina de Radiojornalismo com 80h ministrada no 3º período da UniBrasil tem em sua bibliografia básica o livro de Helena Corazza “Comunicação e relações de gênero em práticas radiofônicas”. A coordenadora interina da UniBrasil não citou nenhuma disciplina que abordasse as questões de gênero. Semelhante ao caso da UFPR, as disciplinas de Estudos Culturais e História do Brasil estão atreladas com as questões de gênero, pois citam “culturas indígenas e afrodescendentes”, no entanto, nem ementa ou bibliografia apontaram para essa relação.

Ainda que não cite as questões de gênero, a disciplina obrigatória de Jornalismo Especializado e Segmentado da OPET faz menção à mulher em sua ementa. Com carga horária de 72 horas, oferecida no 6º Período, a ementa está descrita da seguinte forma:

Técnicas e linguagem das editorias de esporte, economia, política, geral (cidades), cultura, mulher, meio-ambiente, infantil e ciência. Questões de linguagem e estilo. A relação do conteúdo específico com público alvo. A pauta nas diferentes editorias.

A setorização do jornalista. O jornalista especialista e o jornalista generalista. (2017, p.117)

Em resposta ao questionário aplicado com coordenadores(as) a professora Laci Redua também citou a disciplina presencial de Jornalismo Especializado e Segmentado, em que as mulheres são consideradas como um recorte de público.

Na matriz curricular do projeto pedagógico da UP identificou-se a disciplina obrigatória Mídia, Gênero e Etnia, de 80 horas, oferecida na 2ª série do curso. Além disso, na ementa da disciplina de Sociologia da Comunicação do curso de Jornalismo da UP estão mencionados os estudos de gênero. A disciplina de 80 horas está explicitada desta maneira:

Teorias sociológicas. Elementos para análise científica da sociedade: estrutura social, classes sociais, instituições e mudança social. Estudos de gênero, etnia, violência e juventude. Teoria sociológica da comunicação. (2016, p.61)

Cabe ressaltar que para essa pesquisa foram consideradas as ementas disponíveis nos projetos pedagógicos. As disciplinas listadas nos *sites* das instituições não foram consideradas, uma vez que se encontraram disparidades. Como no caso da UP, em que a disciplina de Sociologia da Comunicação não aparece na matriz curricular disponível no *site*¹¹.

O curso de Jornalismo da Universidade Positivo também dispõe da disciplina Filosofia e Ética de 40 horas que, de acordo com a ementa, possui “ênfase na diferença entre ética e moral, na construção histórica dos valores e sua manifestação nas perspectivas étnica, religiosa, sexual, social” (2016, p.38). O ensino de Jornalismo da UP também inclui as disciplinas de tópico especial I e II cada uma possui a carga horária de 80 horas que são ofertadas de acordo com “a demanda do mercado e/ou avanço tecnológico dos processos de comunicação” (2016, p.67). Na disciplina de Radiojornalismo II, que consta no PPC da Positivo, a obra de Maria Cristina Mata, “Mulher e rádio popular” compõe a bibliografia complementar exposta na ementa. Maria Zaclis Veiga também citou no questionário a disciplina “Mídia, gênero e etnia”.

Na Secal, o curso de Jornalismo possui no 2º período a disciplina Questões contemporâneas, de 30 horas; entre os tópicos centrais estão as questões de gênero (2015, p.41):

As grandes questões sociais em debate na atualidade: questões de gênero, raciais, ambientais e de distribuição de renda e riquezas. O movimento indígena e dos sem-terra. A fome e a imigração – refugiados. Os movimentos sociais e sua importância. Questões de desigualdade na América Latina, Informações atualizadas sobre cada questão através de debates com especialistas, pesquisas, seminários e apresentação de vídeos que abordem a questão.

No 2º Período, a disciplina de Psicologia da Comunicação da Secal aborda entre outros temas sobre estereótipos, estigma, mídia e representações sociais e grupos sociais. A disciplina de Comunicação e Educação oferecida no 3º período trabalha com a mídia como espaço educativo, uma das proposições dessa pesquisa. A menção desta disciplina ocorre mais pela sua bibliografia complementar, a obra “Educação, cidadania e direitos humanos” de José Sérgio Carvalho.

Também especialmente pela bibliografia complementar, a disciplina de Jornalismo Comunitário, do 4º período, está nessa relação. Sua ementa aponta entre outros conceitos sobre “a comunicação nos movimentos sociais e as contribuições do jornalismo no processo de integração e mudança social” (2015, p.52). Está indicada a elaboração de projetos de Jornalismo Comunitário em consonância às demandas locais. A disciplina de Sociologia (EAD) do 1º período cita em sua ementa, entre outros temas, movimentos sociais, processos sociais e grupos sociais. Possui carga horária de 30 horas. O curso de Jornalismo da Secal também possui as disciplinas Optativas 1, 2 e 3, “decididas em reunião do colegiado que tenham como meta tratar dos temas transversais e são ofertadas ano a ano de acordo com as necessidades do curso” (2015, p.65).

.....
11 O dia 7 de setembro de 2017 foi a última vez que essa informação foi conferida novamente.

Sobre disciplinas que abordem as questões de gênero nos cursos de Jornalismo, o coordenador da Secal respondeu através do questionário as disciplinas Questões Contemporâneas, Filosofia, Sociologia, Ética, Jornalismo Comunitário. De acordo com sua resposta, “são disciplinas que unem prática e teoria, como todas as disciplinas do curso”.

A ementa da disciplina de “Jornalismo, Políticas Públicas e Cidadania” da Universidade Estadual de Ponta Grossa indica a abordagem direta das questões de gênero:

Sociedade civil, cidadania e políticas públicas. Noções que orientam as políticas públicas sociais: diversidade, direitos humanos e democracia participativa. Minorias sociais e abordagem de temas de interesse público na mídia: acessibilidade, igualdade de gênero, relações étnico-raciais, inclusão social, populações vulneráveis e educação quanto ao uso de drogas. Educação ambiental e políticas públicas. Variações do jornalismo cidadão: práticas de mídia comunitária, popular e alternativa. A cobertura de políticas públicas sociais: perspectivas e desafios para o jornalismo. (2014, p.32)

A disciplina obrigatória, também mencionada pela coordenadora, é ministrada na 3ª série, com 68 horas e ofertada no segundo semestre, sua bibliografia básica é mais centrada em cidadania. Outra disciplina que aborda cultura das minorias, representações e identidades, abrindo espaço para debates relativos às questões de gênero, é Estudos de Comunicação e Cultura, ofertada no primeiro semestre do terceiro ano com 68 horas. O curso possui também as disciplinas de Seminários I e II descritas como “disciplina de caráter flexível, que pode se desdobrar em temas, pesquisas, estudos de caso, acompanhamento e análise de produção jornalística ou mesmo laboratorial, de modo a complementar as atividades previstas nas disciplinas regulares” (2014, p.59). Assim como em disciplinas similares mencionadas, são espaços em que as questões de gênero podem ser abordadas, seja de modo específico ou de maneira mais transversal.

Como em situação anterior, a disciplina de História do Brasil menciona as relações étnico-raciais; novamente, mesmo reconhecendo que as questões de gênero seriam altamente adequadas nesse tópico, sua bibliografia e ementa não especificam essa abordagem.

Sobre as ementas do curso de Jornalismo da PUCPR, a disciplina de Ética do 3º período, que tem como pré-requisito a disciplina de Filosofia, discorre sobre “questões pertinentes da sociedade contemporânea que desafiam a reflexão ética. Direitos humanos. Sustentabilidade e responsabilidade. Alteridade, tolerância e relações étnicas”. Entre as competências da disciplina estão (2016, p.88):

- Problematizar com argumentos plausíveis aquelas ações que minimizam o valor da dignidade humana, em especial o recurso à violência nos seus diferentes níveis e acepções.
- Analisar a relação entre ética e sociedade, privilegiando questões tais como “sociedade de consumo”, “sociedade da informação”, “sociedade do espetáculo”, “ética e cidadania”, “ética e sexualidade”.

Jornalismo, Políticas Públicas e Cidadania é ministrada no 5º período e não possui requisitos. Sua ementa está explicitada da seguinte forma (2016, p.111):

O Jornalismo e as novas demandas sociais. A democratização ao acesso às políticas públicas. Direitos Humanos, Direitos Sociais e Cidadania. A prática do Jornalismo na constituição do processo de cidadania e dos direitos humanos. O direito à opinião e à verdade. A relação entre jornalismo, Estado e sociedade na estruturação do poder e na formulação de políticas públicas que visem a conquista, manutenção e ampliação dos direitos civis, direitos sociais e direitos políticos. Discursos jornalísticos e respeito a diversidade étnica, cultural, geracional, religiosa, econômica, de gênero, orientação sexual entre outros. O exercício profissional voltado para a manutenção e ampliação desses direitos na sociedade da informação.

Entre as competências dessa disciplina estão a análise sobre a maneira como a mídia brasileira aborda temáticas sociais e apresentação de novas formas de abordagem em relação às políticas públicas e sociais pela mídia (2016, p.111). O professor Julius Nunes, coordenador do curso de Jornalismo da PUCPR, listou disciplinas diferentes das identificadas; as teóricas Comunicação e Cultura e Assuntos Contemporâneos.

O fato de a coordenação ter citado outras disciplinas evidencia a importância do cruzamento dos dados levantados. Mesmo a coordenação indicando disciplinas que tinham sido identificadas durante a análise, com exceção dos cursos da OPET e UEPG, as disciplinas indicadas pelos(as) coordenadores e as identificadas na leitura dos projetos pedagógicos não são exatamente as mesmas. Alguns fatores podem explicar essa discrepância: o fato da análise considerar expressões mais genéricas, como cidadania, direitos humanos e demais termos que façam menção às minorias sociais, por exemplo; as ementas trazem de forma sucinta o que será trabalhado nas disciplinas, de modo que alguma disciplina pode passar despercebida; outra razão pode ser explicada pelo próprio conceito de gênero, pelo fato de que as concepções sobre gênero variam de pessoa para pessoa; além disso o tempo que o(a) professor(a) está na coordenação ou mesmo na instituição pode contribuir para que algumas disciplinas não sejam listadas.

Cabe ressaltar também que tanto essa categoria como a pergunta do questionário com a coordenação sobre disciplinas que abordem as questões de gênero possuem o objetivo de identificar a presença dessa temática em disciplinas específicas. No entanto, acredita-se que as questões de gênero são pertinentes em toda a estrutura curricular, não só no ensino, mas como pesquisa e extensão. É essencial que o tema seja trabalhado de maneira transversal perpassando as demais disciplinas. Seja ao orientar sobre a pluralidade de fontes e produção de pautas, no tratamento igualitário entre estudantes, ao trabalhar com a cobertura midiática de temas relacionados com as questões de gênero, por exemplo. Reconhece-se, portanto, que as questões de gênero, ao serem abordadas em diferentes espaços, contribuem para o desenvolvimento pessoal e profissional do(a) futuro jornalista.

Considerações

As questões de gênero aparecem de maneira muito modesta, quase imperceptível nos projetos pedagógicos, documentos que atuam como norteadores do ensino de Jornalismo nas instituições. Percebe-se que, ao tratar das demandas sociais, a maioria dos projetos analisados utiliza-se da expressão “cidadania”. A própria questão dos direitos humanos, tão substancial para o desenvolvimento da sociedade, aparece muito mais pautada por recomendação das Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos. E, ainda assim, tem-se o entrave que, ao fazer uso dessa temática, embora ela seja de extrema relevância, não se tem a especificação da abordagem das questões de gênero.

O fato de o conceito de gênero estar disposto de maneira tão ampla e até mesmo quase despercebida corrobora ainda mais para a importância do tema. A abordagem e o tratamento livre de estereótipos e preconceitos das questões de gênero são urgentes e cruciais para a superação das desigualdades sociais. Para isso, torna-se fundamental que as escolas de Jornalismo reconheçam o seu papel na formação de profissionais capazes de problematizar estereótipos reproduzidos pela mídia, exercendo sua função com base no respeito, na promoção da igualdade e do interesse público. Afinal, o Jornalismo possui um compromisso com a população, o que garante a sua independência jornalística (KOVACH & ROSENSTIEL, 2004). Toda essa atenção com as questões de gênero nos cursos de Jornalismo explica-se também por outra questão apresentada pelos autores (2004), a de que a perspectiva pessoal de cada repórter influencia no Jornalismo exercido pelo(a) profissional. Por isso, o questionamento sobre a forma como as questões de gênero estão sendo trabalhadas na formação em Jornalismo precisa ser constante nos espaços de debate e reflexão acadêmica, em sintonia com as demandas sociais da contemporaneidade.

Referências

ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ANTONIOLI, M. E. Diretrizes Curriculares e cursos de Jornalismo: a formação do jornalista à luz da

legislação educacional. **Rebej** (Brasília), v. 4, p. 182-197, 2014. Disponível em: <http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/viewFile/368/229> Acesso em 6 abr. 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

COLLING, A.; TEDESCHI, L. A. Os Direitos Humanos e as questões de gênero. **História Revista (Online)**, v. 19, p. 22, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/32992> Acesso em 29 de ago. de 2017.

CUNHA, K. M. R. da. Não se faz mais jornalistas como antigamente: reflexões sobre a formação do profissional hipermídia. **Rebej** (Brasília), v. 5, p. 159-171, 2015. Disponível em: <http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/viewFile/414/256> Acesso em 13 de set. de 2017.

FACULDADE SANTA AMÉLIA. **Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo**. Ponta Grossa/PR, 2015.

FACULDADES INTEGRADAS DO BRASIL. **Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo**. Curitiba/PR, 2013.

FACULDADES OPET. **Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo**. Curitiba/PR, 2017.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ. **Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo**. Curitiba/PR, 2017.

KOVACH, Bill. e ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo. O que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

MACIEL, T. S.. Gênero e Direitos Humanos na Educação Infantil: Relato de Experiência. In: **XII Semana da Mulher: Mulheres, Gênero, Violência e Educação**, 2015, Marília. Educação, Gênero, Feminismo e Violência, 2015.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo**. Ponta Grossa/PR, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo**. Curitiba/PR, 2017.

UNIVERSIDADE POSITIVO. **Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo**. Curitiba/PR, 2016.

